
**UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL E CONTEMPORÂNEA SOBRE A TEORIA DA
MENSURAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE**

*A CONCEPTUAL AND CONTEMPORARY DISCUSSION ON MEASUREMENT
THEORY AND ITS RELATIONSHIP TO ACCOUNTING*

ORLEANS SILVA MARTINS (*orleansmartins@yahoo.com.br*)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ANTÔNIO MARIA HENRI BEYLE DE ARAÚJO

JORGE KATSUMI NIYAMA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESUMO

Este estudo, eminentemente teórico, tem o objetivo de realizar uma discussão conceitual acerca da Teoria da Mensuração e de sua relação com a Contabilidade. Em segundo plano, analisa o foco das principais pesquisas realizadas no Brasil, no que diz respeito à mensuração contábil e aos fundamentos dessa teoria. Para isso, foram utilizadas técnicas da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, por meio das quais se levantou o estado da arte do tema investigado. Artigos sobre mensuração, publicados nas principais revistas científicas de Contabilidade do Brasil foram coletados, visando identificar se no foco desses trabalhos encontram-se os fundamentos da Teoria da Mensuração. Com isso, foi possível observar que, conforme esses fundamentos, os caminhos da mensuração contábil devem contemplar duas condições tidas como essenciais: (i) o conhecimento dos diferentes objetivos e necessidades dos usuários das demonstrações financeiras e (ii) a necessidade de investigação das suposições que esses usuários fazem quando usam os valores dessas demonstrações em suas diversas decisões. Assim, nota-se que as atuais discussões acerca dos métodos de mensuração, principalmente no processo de convergência internacional, precisam observar essas condições.

Palavras-chave: Teoria da Contabilidade; Mensuração Contábil; Mensuração Econômica.

ABSTRACT

This highly theoretical study aims primarily to undertake a conceptual discussion of the Measurement Theory and its relation to accounting. In second place, it analyzes the main focus of research conducted in Brazil as regards accounting measurement and its foundations. The techniques of literature review and documentary research were used on the latest material from the topic of investigation and the measurement articles published in Brazil's major scientific journals of accounting were reviewed for the purpose of establishing whether the foundations of Measurement Theory exists as a common focal point. It was possible to observe that, according to these foundations, the accounting measurement paths should include two essential conditions: (i) knowledge of the different objectives and the needs of users of financial statements; and (ii) the need to investigate the assumptions that these users make when they use the data from the statements in making their decisions. Thus, it is noted that current discussions about measurement methods, especially in the process of international convergence, need to observe these conditions.

Keywords: *Accounting Theory; Accounting Measurement; Economic Measurement.*

INTRODUÇÃO

Mensuração e Contabilidade são dois sujeitos que geralmente compõem a mesma oração quando o tema em questão é o patrimônio de uma entidade. Se, por um lado, mensurar nada mais é do que determinar a medida de alguma coisa ou, ainda, atribuir valor a algo, por outro lado, Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade. Sendo assim, a mensuração é um atributo essencial para a Contabilidade, pois esta última só é capaz de registrar fenômenos que possuam valores monetários, geralmente determinados por um método de mensuração.

Para Larson (1969), quando se questiona quais são essas “coisas” mensuradas pela Contabilidade, uma resposta apressada pode envolver uma lista de vários itens, tais como ativos, capital, receitas, despesas e rendimentos. No entanto, a extensa literatura existente sobre a natureza desses itens sugere que eles são, na melhor das hipóteses, apenas vagas

noções das “coisas” mensuradas pela Contabilidade. Para o autor, qualquer pessoa pode olhar para uma demonstração de resultado e ler que o “lucro líquido” do ano foi um montante específico de dólares. Mas, se for solicitado que se explique o significado preciso das “coisas” que foram rotuladas como “lucro líquido”, a maioria dos contadores acharia difícil explicar. Em seu ponto de vista, pelo menos até o final da década de mil novecentos e sessenta, não seria exagero dizer que a natureza que precisava das “coisas”, que devem ser mensuradas pela Contabilidade, não havia sido determinada.

Nesse sentido, há cerca de meio século, Chambers (1965) já observava que a literatura contábil, em geral, era vaga e contraditória quanto à propriedade que deveria ser mensurada, à especificação da unidade que deveria ser utilizada e às regras de atribuição de números à propriedade mensurável. Além disso, o autor atentava para a controvérsia entre custo e valor e para o problema do nível de preço, pois no mercado não havia um padrão invariável de valor pelo qual se poderia realizar a mensuração de uma transação em qualquer período de tempo, seja no curto ou longo prazo. Em seu ponto de vista, havia apenas um meio onde as trocas eram realizadas por meio de valores variáveis, cenário que, com o passar do tempo, não se modificou significativamente. Contudo, a observação do autor supracitado denota a preocupação e as dificuldades que os profissionais contábeis já enfrentavam àquela época, dificuldades essas que ainda não foram superadas.

Staubus (2004) vai ainda mais além ao observar que a literatura da Teoria da Contabilidade aborda duas visões incompatíveis sobre a mensuração de ativos e passivos de uma empresa, quando seus valores de mercado não são observáveis. De um lado, existe a chamada *The Sydney View*, ou “o ponto de vista de Sydney”, defendido por um pequeno conjunto de estudiosos espalhados numa parte do mundo, formada por países que possuem a língua inglesa como oficial, tendo como seu principal precursor Raymond John Chambers, da Universidade de Sydney. Por outro lado, tem sido apresentada e aceita uma visão alternativa, que consiste no estabelecimento de padrões de Contabilidade, principalmente pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos organismos nacionais de normatização de vários países de língua inglesa. Essa visão tem como principal precursor George J. Staubus, da Universidade da Califórnia, e tem sido incorporada à Teoria da Utilidade da Decisão.

A diferença básica entre as duas visões é que o ponto de vista de Sydney prevê a utilização de apenas um método de mensuração, que,

mais recentemente, tem sido rotulado por Chambers e Wolnizer (1990) como “preço corrente líquido realizável”. Já o ponto de vista defendido por Staubus (2004) prevê a utilização de diversos métodos de mensuração, ou tipos de evidências de valor. Entretanto, em ambos os casos, a discussão exclui a mensuração do caixa e seus equivalentes, sobre a qual não há discordância. Para o autor supracitado, são pontos convergentes entre as duas visões:

- a) A consistência do preço de mercado que, em princípio, é mais relevante para os interesses dos usuários das demonstrações financeiras do que os preços históricos;
- b) A confiabilidade como um importante critério do valor dos dados financeiros, ou seja, a representação fiel dos fenômenos que as informações pretendem representar;
- c) A aditividade como uma importante característica do modelo de mensuração, o que significa que todas as mensurações incluídas no conjunto de demonstrações financeiras devem ser feitas em uma mesma unidade de medida;
- d) A existência de graves deficiências na contabilidade convencional.

Diante dessas observações, este estudo surge da inquietação de seus autores a respeito da existência de uma lacuna na literatura nacional sobre a Teoria da Mensuração, quanto aos aspectos e métodos usuais de mensuração adotados pela Contabilidade, principalmente frente às discussões estimuladas pelo IASB e pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Dessa forma, seu objetivo principal é realizar uma discussão conceitual acerca da Teoria da Mensuração e de sua relação com a Contabilidade, no que diz respeito aos critérios e métodos por ela utilizados, analisando o foco das pesquisas realizadas no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a viabilização deste estudo, foram utilizadas as técnicas da revisão bibliográfica e da pesquisa documental. Em um primeiro momento, por meio da revisão bibliográfica, foi levantado um referencial teórico acerca da Teoria da Mensuração e realizada uma discussão conceitual a respeito dos principais métodos de mensuração, da relação entre a mensuração científica, contábil e econômica, além da importância desse tema frente ao processo de convergência internacional das normas de Contabilidade. Com isso, levantou-se o estado de arte desse tema, destacando aspectos como os níveis de uma mensuração, seus aspectos, erros e problemas

mais comuns. De forma ordenada, baseou-se na mensuração científica (própria da Teoria da Mensuração), passando pela mensuração contábil, até chegar à atual influência exercida pela mensuração econômica e sua relação com o processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em seguida, por meio de uma pesquisa documental, foram coletados todos os artigos científicos publicados nos principais periódicos científicos de Contabilidade do Brasil. Para tanto, delimitou-se a investigação aos periódicos que possuísem nota mínima B4 no sistema de avaliação WebQualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no triênio 2007-2009. Além disso, foi realizado um recorte longitudinal de vinte anos, que abrangeu o período de 1991 (ano da publicação do primeiro trabalho) até 2010 (ano da realização desta pesquisa). Ainda, para que o artigo integrasse a amostra analisada, foi exigida a presença do termo “mensuração” em seu título. A Tabela 1 relaciona os periódicos e a quantidade de artigos analisados em cada um deles.

Tabela 1: Periódicos científicos de Contabilidade e artigos publicados sobre mensuração (1991-2010)

Periódicos	Ano de Início	Nota Qualis Capes	Artigos Analisados
Revista de Contabilidade & Finanças	1989	B1	17
Revista Contabilidade Vista & Revista	1989	B3	4
Revista de Informação Contábil	2007	B4	4
Revista Pensar Contábil	1998	B4	3
Revista Contemporânea de Contabilidade	2004	B3	3
Revista de Contabilidade do Mestrado da UERJ	1996	B4	3
Revista Contabilidade, Gestão e Governança	1998	B4	2
<i>Brazilian Business Review</i>	2004	B2	2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2007	B3	1
Revista Contabilidade e Organizações	2007	B3	1
Revista Universo Contábil	2005	B3	1
Revista BASE	2004	B2	1
Total			42

Por fim, foi realizado um exame sobre o foco dos artigos que abordaram o tema mensuração nos principais periódicos de Contabilidade do Brasil. Para isso, com base na discussão conceitual realizada, foram definidas quatro variáveis relacionadas ao foco dado no tratamento da mensuração nos artigos, com o intuito de identificar:

- a) Se a mensuração é fundamental ou derivada;
- b) Se está exposta ao problema de representação ou de unificidade;

- c) Se a mensuração retratada é contábil ou econômica;
 d) Atributo mensurado.

Para isso, os atributos mensurados nos 42 artigos foram classificados em quatro categorias de desempenho: econômico; financeiro; operacional; e social. Por fim, foi adicionada a categoria “não identificado” em cada variável, para os casos em que a identificação das variáveis não fosse possível, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Variáveis categóricas relativas à mensuração (1991 – 2010)

Variáveis	Categorias
Nível da mensuração	Fundamental
	Derivada
	Não identificado
Problema ao qual se expõe	Representação
	Uniquidade
	Não identificado
Tipo de mensuração	Contábil
	Econômica
	Não identificado
Atributo mensurado	Desempenho econômico
	Desempenho financeiro
	Desempenho operacional
	Desempenho social
	Não identificado

A TEORIA DA MENSURAÇÃO E A CONTABILIDADE

A Teoria da Mensuração consiste em um ramo da matemática aplicada, utilizado no processo de mensuração e análise de dados, que se popularizou na psicologia graças ao trabalho de Stevens (1951). As discussões em torno dos conceitos e fundamentos da mensuração representam o pano de fundo para o entendimento dessa teoria que, de acordo com Willett (1987), é uma matéria interdisciplinar aplicável igualmente bem às ciências sociais e às ciências exatas. Assim, ela pode ser definida como o conjunto de princípios que fundamentam o fenômeno da mensuração. Para Mason e Swanson (1981), representa a ligação entre o mundo empírico e o mundo teórico, tornando possível, por exemplo, o uso da matemática e da estatística no desenvolvimento de previsões e explicações de um evento. No ponto de vista de Staubus (1986), trata-se de uma teoria normativa, que oferece orientações gerais sobre como as

mensurações devem ser realizadas para que se alcance um objetivo específico.

Sob a ótica dessa teoria, a mensuração nada mais é do que a função destinada a representar uma regra que satisfaz a igualdade que se convencionou estabelecer, a qual pode ser apresentada nos termos da Equação 1, na qual x é alguma característica do objeto a ser mensurado e y é um numeral qualquer.

$$f = (x,y)$$

A Teoria da Mensuração fundamenta-se na constatação de que a relação estabelecida se dá entre os números e não entre os atributos que estão sendo mensurados. Exemplo disso é a relação estabelecida entre diferentes escalas de mensuração de calor, em que 40° Fahrenheit nunca representará o dobro de 20° Celsius. No campo da Contabilidade, por exemplo, não se pode esperar que um estoque avaliado em R\$ 10.000,00, pelo critério do custo histórico, seja necessariamente o dobro de um estoque avaliado por R\$ 5.000,00, pelo critério do valor realizável líquido. Ou seja, de acordo com os fundamentos da Teoria da Mensuração, a avaliação depende da escolha de uma escala, sendo os atributos e os propósitos da mensuração mutáveis ao longo do tempo.

Para Hille (1997), o objetivo dessa teoria é permitir o entendimento e a reprodução das características da mensuração, tornando claras as bases e os conteúdos atinentes ao processo de mensuração, de modo a propiciar a tomada de decisões seguras. Assim, segundo Willett (1987), a Teoria da Mensuração pode ser dividida em duas categorias: fundamental e derivada. A teoria fundamental (ou não numérica) estuda a qualidade das propriedades que as estruturas empíricas devem apresentar para que os números atribuídos aos seus elementos possam ser validados. Já a teoria derivada tenta descobrir as relações existentes entre os atributos obtidos por meio da mensuração fundamental, apresentando-as em forma de funções numéricas. Para o autor, há uma hierarquia entre as duas categorias, que são classificadas em dois níveis de mensuração contábil, conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2: Hierarquia dos dois níveis de mensuração contábil

Nível II	Mensuração derivada	Por exemplo: os cálculos de lucros, de valores contábeis, etc.
	↑	
Nível I	Mensuração fundamental	Por exemplo: os custos de atividades, as durações das atividades, etc.

Fonte: Adaptado de Willett (1991).

Dessa forma, tem-se que no nível I são listadas as mensurações das amostras de dados, enquanto que no nível II são listadas as mensurações matemáticas e estatísticas.

Na mensuração fundamental, alguns aspectos podem ser destacados, entre eles:

- a) Os números podem ser atribuídos aos objetos, de acordo com leis naturais, sem depender da mensuração de qualquer outra variável;
- b) A concepção de uma mensuração é construída de tal forma que não se pressupõe a existência de outra que possa vir a substituí-la;
- c) Apresenta propriedade aditiva;
- d) São exemplos: o volume, o comprimento e a resistência elétrica.

Já, com relação à mensuração derivada, podem ser destacados os seguintes aspectos:

- a) É feita com base em medidas que resultam da mensuração fundamental;
- b) Depende do conhecimento das relações entre as variáveis a serem mensuradas;
- c) Pode-se citar como exemplo a densidade, obtida do cálculo da massa e do volume.

Um aspecto relevante da mensuração, muitas vezes esquecido na Contabilidade, é seu caráter de aproximação. Nesse sentido, Stevens (1951) conceitua mensuração como a atribuição de números a objetos ou eventos de acordo com regras. E essas regras podem diferir a critério do mensurador. Para Larson (1969), a mensuração nunca é mais do que uma aproximação. Talvez seja essa falta de exatidão, que justifique o conceito formulado por Kerlinger (1986) acerca da mensuração: ‘trata-se de um jogo que deve ser jogado com objetos e números, segundo as regras’ (grifo nosso).

Margenau (*apud* LARSON, 1969) também acredita não existir um valor empírico “verdadeiro” de uma quantidade mensurada. O que passa por verdadeiro entre os possíveis resultados de uma mensuração é o alcance da “máxima probabilidade”, um conceito que somente adquire significado se uma amostra estatisticamente significativa dos diversos valores mensurados estiver de fato disponível. Nenhuma mensuração parece ser livre de erro, à exceção da contagem. São fontes de erro no processo de mensuração, não mutuamente exclusivas:

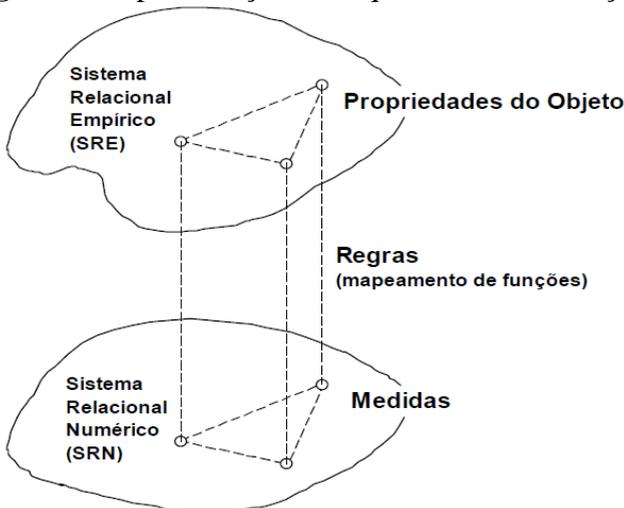
- a) A imprecisão nas operações de mensuração;
 - b) Problemas com o mensurador;
 - c) Problemas com o instrumento de mensuração;
 - d) O ambiente;
-

e) A falta de clareza com relação ao atributo a ser mensurado.

Nesse sentido, Sarle (1997) observa que a mensuração representa o processo de atribuição de números ou outros símbolos às coisas, de tal forma que as relações entre os números ou símbolos reflitam as relações dos atributos das coisas que estão sendo mensuradas. Esse conceito vem agregar um importante fundamento à discussão: o objeto que se mensura não é a coisa em si, mas um atributo específico da coisa que se pretende mensurar.

Kerlinger (1986) também defende esse ponto de vista. Para o autor, não são os objetos em si que são mensurados, mas as suas propriedades, entendidas como características ou atributos. Algumas propriedades são observáveis com facilidade, como, por exemplo, o sexo dos animais. No entanto, quando propriedades mais complexas e de difícil entendimento vêm substituir as propriedades físicas tidas como relativamente simples, a exemplo do que ocorre nas ciências sociais, o emprego da observação direta torna-se inviável. Além disso, há casos em que a inferência sobre as propriedades do objeto somente se faz possível por meio da observação de indicadores de propriedade descritos por meio de definições operacionais.

Figura 1: Representação do esquema da mensuração



Fonte: Relvas (2008).

Na mesma linha de raciocínio, tem-se a afirmação de Kam (1990), no sentido de que a mensuração envolve a vinculação de um sistema formal a um sistema numérico, que se dá por meio de regras estabelecidas

envolvendo definições operacionais por meio das quais podem ser estabelecidas conexões. Vickrey (1970) foi o responsável por representar graficamente o processo de mensuração, que definiu como a atribuição de números é capaz de representar elementos, ou suas propriedades, em um sistema especial sobre as bases do isomorfismo ou homomorfismo existentes entre um ou mais sistemas relacionais empíricos (SRE) e um ou mais sistemas relacionais numéricos (SRN). Segundo Relvas (2008), tal relação se dá conforme delineado na Figura 1.

Além disso, para Kam (1990), é condição essencial que um bem ou direito seja alcançado pela definição operacional de ativo para que possa ser então mensurado. Por outro lado, para ser alcançado pela definição de ativo, é fundamental que sejam identificadas, com clareza, as propriedades mensuráveis desse bem ou direito. Nesse sentido, para Hille (1997), a Teoria da Mensuração deve ter por ponto de partida os seguintes fundamentos cognitivos:

- a) Os critérios devem ser lógicos, embora não precisem ser necessariamente verdadeiros ou falsos. O importante é que os graus de lógica dos critérios estejam abertos à discussão;
- b) As características representam critérios transferidos aos objetos, de modo que as pessoas possam se apropriar deles mentalmente. Essas características, por sua vez, não são verdadeiras nem falsas. Contudo, é essencial que sejam lógicas e adequadas, de maneira que representem o objeto, seja mental ou virtualmente.

DISCUSSÃO CONCEITUAL

Da Mensuração Científica à Mensuração Contábil

As primeiras análises sobre a natureza da mensuração, como a de Campbell (1920), estavam voltadas à mensuração nas ciências físicas. Segundo Weymark (2005), embora tenha havido importantes contribuições à Teoria da Mensuração nas ciências sociais antes de meados de 1950, os trabalhos considerados seminais nessa área foram os de Scott e Suppes (1958), Pfanzagl (1959) e Suppes e Zinnes (1963). Com eles, verificou-se a sistematização de uma teoria moderna e representacional da mensuração, cuja abordagem é suficientemente ampla para abranger questões envolvendo tanto as ciências físicas como as sociais.

Nesse sentido, Mason e Swanson (1981) observaram que a atribuição de signos (sinal, símbolo. A menor unidade de sentido, proveniente da combinação entre significado e significante) quantitativos para representar uma propriedade de um objeto ou evento é uma característica essencial de qualquer mensuração. Sendo assim, atentaram para a existência de uma estreita relação entre a mensuração e a semiótica (denominação utilizada para a ciência geral dos signos que estuda todos os fenômenos culturais como se fossem sistemas sógnicos, ou seja, sistemas de significação). Com base nesse entendimento, observaram que:

Em nossa visão, a mensuração científica tradicional é voltada primeiramente ao nível semântico. Ela lida com a questão “quão bem o signo numérico reflete a real natureza do objeto ou evento a que se refere?”. Por outro lado, a mensuração para as decisões gerenciais dirige-se ao nível pragmático. Ela lida com a questão “quão bem o signo numérico diz respeito aos usuários e seus objetivos?”. Assim, a mensuração para decisões gerenciais se amplia sobre os conceitos da mensuração científica, dos quais também depende (MASON; SWANSON, 1981, p. 271).

Dessa forma, para os autores, tal entendimento tem relação direta com o foco principal da gestão organizacional: o alcance dos objetivos empresariais. Essa condição depende diretamente das decisões tomadas pelos gestores que, por sua vez, requerem a mensuração de dados e informações para fins de direcionar a sua atenção à solução de problemas e ao cumprimento dos objetivos, por meio de indicadores de desempenho (RELVAS, 2008). Com isso, atribui-se à mensuração a propriedade de influenciar a atenção e a atitude das pessoas em direção às metas e aos objetivos organizacionais preestabelecidos. No que diz respeito à Contabilidade, Almeida e Haji (1997) apresentam, como fortes características da mensuração, a utilização de unidades monetárias e a necessidade de se atribuir um significado comum a diferentes objetos ou eventos. Para Relvas (2008), isso constitui, ao mesmo tempo, uma vantagem e uma desvantagem, do ponto de vista da Teoria da Mensuração. Ao contrário das medidas físicas, o padrão de medida “moeda” não é estável (em termos de representatividade econômica) como é, por exemplo, o quilograma, quando representa o peso como propriedade física de um objeto. Sendo assim, não existe uma escala de medida universal para o “lucro” de uma entidade que tenha a mesma ordem de grandeza e representatividade para todas as pessoas, como teria o metro, a polegada ou outra unidade de medida física.

Dessa forma, em relação à aplicação da mensuração, Mason e Swanson (1981) atentam que ela deve possuir as seguintes propriedades: validade, sensibilidade e precisão. Uma mensuração é válida se ela mede o que se propõe a medir (se é capaz de concluir sua finalidade); é sensível na medida em que discrimina ao longo da dimensão do que ela concerne (é sensível às pequenas variações); e, é precisa na medida em que permanece constante em repetidas mensurações, tomadas sob determinadas condições. Assim, a atribuição de números a objetos nada pode significar se ela não expressar uma relação válida entre tais elementos, pois uma compreensão inadequada dos fenômenos implica mensurações igualmente inadequadas. Aliado a isso, Mattessich (1971) mostra-se cético ao afirmar que absolutamente não existe rigorosa acurácia nos procedimentos de mensuração, uma vez que nenhum instrumento de mensuração é livre de imperfeições técnicas e, portanto, toda mensuração representa um processo de aproximação. Dessa forma, o que se busca é o aperfeiçoamento desse processo, de modo que a mensuração possa chegar o mais próximo possível da verdadeira medida desse objeto, seja em valores monetários ou não.

Nesse sentido, em meados da década de mil novecentos e oitenta, Staubus (1985) buscou abordar o tema “mensuração”, no intuito de preencher uma lacuna existente na literatura contábil quanto à existência de uma teoria descritiva sobre a mensuração contábil. Sendo assim, o autor questionava: se um cientista de um campo de conhecimento distante da Contabilidade solicitasse a um contador que lhe relatasse as ideias centrais das práticas de mensuração contábil, o que poderia dizer o contador? Aliado a isso, buscou examinar as práticas de mensuração até então existentes, com o objetivo de identificar quais os principais métodos utilizados e as características e qualidades de cada um deles. O autor concluiu, então, que a mensuração contábil era realizada por meio de oito métodos gerais, com foco nos aspectos de riqueza das entidades, associados ao conservadorismo, à flexibilidade e ao controle da mensuração das receitas.

Aliado a isso, Bierman (1963) observou que, devido ao uso da moeda como unidade de medida, a Contabilidade não era capaz de mensurar com exatidão a posição financeira e econômica de uma entidade em um dado momento. O autor observou que uma mensuração “exata” ou “verdadeira” raramente é atingível, principalmente nas ciências sociais, como é o caso da Ciência Contábil. Dessa forma, seria possível apenas conhecer quando essa mensuração está muito próxima ou muito longe do “verdadeiro valor” (ou seria valor justo?). Para o autor, a mensuração

contábil deveria decorrer de um meio “justo” ou “razoável”, orientado pelo objetivo de fornecer informações úteis aos seus usuários.

Para promover a aproximação do valor contábil com o “verdadeiro valor” de um item patrimonial, vários procedimentos têm sido adotados pelos contadores. A utilização de uma moeda de poder aquisitivo constante e a aplicação da técnica de ajuste ao valor presente, por exemplo, são, na visão de Martins (1999), práticas indispensáveis no processo de avaliação contábil. Vale destacar que a elaboração de um conceito de “valor justo” para a Contabilidade e a sua utilização como critério de avaliação em determinadas circunstâncias só vêm confirmar os esforços despendidos em prol dessa aproximação.

Segundo Riahi-Belkaoui (2004), o primeiro passo no processo de mensuração contábil consiste em identificar e selecionar os objetos, as atividades ou os eventos a serem mensurados, além dos atributos que possam ser de fato considerados relevantes para os usuários. Limitações na disponibilidade dos dados, bem como características específicas do ambiente, como a incerteza e a ausência de objetividade e verificabilidade, podem ocasionar restrições ao processo de mensuração. Todavia, não obstante essas limitações, Riahi-Belkaoui (2004) afirma que a mensuração contábil tem tradicionalmente envolvido a atribuição de valores numéricos a objetos, eventos ou atributos, de forma a garantir a fácil agregação ou desagregação dos dados. O autor declara ainda que, nas situações em que a mensuração não se faz adequada ou confiável, informações não quantitativas ou não monetárias devem ser fornecidas em notas explicativas.

Dessa forma, o problema da mensuração contábil consiste em explicar a natureza da informação numérica específica produzida pelos sistemas contábeis (WILLETT, 1987). Segundo o autor, dado um número qualquer produzido por um sistema contábil, alguém poderia fazer os seguintes questionamentos: quais atributos do mundo real são representados por esses números?; e que outros números, igualmente válidos, poderiam ser utilizados para essa representação? Ao primeiro questionamento, o autor deu o nome de “problema da representação” e ao segundo, de “problema da unificidade” (ver Quadro 3).

Quadro 3: Problemas da mensuração contábil

Problema da Representação	Refere-se a que atributos do mundo real e propriedades desses atributos devem ser representados pelos números.
Problema da Unificidade	Refere-se à possibilidade de utilização de outros números, igualmente válidos, para fazer essa representação.

Fonte: Adaptado de Willett (1987).

Definir uma função como base do processo de avaliação contábil parece ter sido a forma encontrada pela Teoria da Mensuração para enfrentar o “problema da representação” levantado por Willett (1987). Dessa forma, baseada na estrutura qualitativa postulada por essa teoria é que a representação numérica desejada de um determinado objeto pode ser enfim construída. Segundo o próprio autor, o “problema da representação” da teoria é justamente inventar uma estrutura da qual os teoremas de representação possam então ser derivados.

Formular essa estrutura qualitativa parece ser, no entanto, o grande desafio da Contabilidade. Considerando-se que a mensuração contábil é feita basicamente por valores monetários, uma etapa primordial nesse processo é a definição de uma base conceitual de mensuração, o que não parece ser tarefa fácil diante dos diversos critérios de avaliação atualmente disponíveis (valores históricos, valores de reposição, valores descontados dos fluxos de caixa futuro etc.). Ainda, Larson (1969) destaca duas áreas problemáticas relacionadas ao processo de mensuração contábil: (i) a existência de uma categoria de problemas conceituais envolvendo o isolamento e a precisa definição das propriedades que serão mensuradas e (ii) a existência de uma categoria de problemas metodológicos envolvendo a determinação dos procedimentos de mensuração apropriados à atribuição de números para representar essas propriedades.

Segundo Vickrey (1970), o problema da interpretação das propriedades aritméticas dos dados contábeis parece estar relacionado à ausência de entendimento do verdadeiro atributo, que está sendo mensurado nas demonstrações financeiras. Diante dessas dificuldades, a Teoria da Mensuração aponta que o processo de mensuração contábil, para produzir bons resultados, deve contemplar a definição de quatro objetos: (i) o propósito; (ii) o fenômeno; (iii) o atributo; e, (iv) o método. Nesse sentido, Guerreiro (1989) apresenta as sete etapas consideradas básicas e necessárias à definição de um modelo científico de mensuração, que possa ser considerado tecnicamente correto:

- i. Identificar o tipo de decisão a ser tomada;
 - ii. Identificar o sistema relacional empírico, ou seja, o conjunto de objetos e eventos que serão mensurados;
 - iii. Identificar a característica de interesse da medição;
 - iv. Identificar a unidade de mensuração;
 - v. Definir a base conceitual, ou seja, os critérios de mensuração;
 - vi. Identificar o sistema relacional numérico, ou seja, evidenciar a escala ou unidade a ser utilizada;
-

vii. Analisar o sistema de mensuração à luz do *purpose view* (informação adequada) e do *factual view* (confiabilidade, validade, tipo de escala e significado numérico).

Nesse sentido, Relvas (2008) atesta que a mensuração contábil tem uma relação direta com a Teoria da Mensuração, utilizando os seguintes argumentos para justificar tal relação:

- a) A finalidade da mensuração contábil está condicionada à própria natureza e ao objetivo da contabilidade (gerar informações úteis à tomada de decisões dos usuários);
- b) Como consequência, diferentes mensurações podem ser utilizadas para atender a diferentes propósitos, ou seja, diversos sistemas relacionais numéricos (custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor de liquidação etc.) podem vir a representar um único sistema relacional empírico (a propriedade de um item patrimonial);
- c) As mensurações contábeis dependem dos conceitos atribuídos aos objetos e às suas propriedades;
- d) A subjetividade e a inexatidão da mensuração estão presentes na contabilidade em função do vínculo com o usuário e da natureza da moeda como instrumento de medição.

Martins (2000) destaca dois aspectos que caracterizam o processo de mensuração na Contabilidade e que exigem uma reflexão à luz da Teoria da Mensuração. O primeiro diz respeito ao fato de a avaliação contábil se realizar por meio de modelos que não são mais do que visões temporalmente diferentes de um mesmo objeto: o patrimônio. É nesse contexto que se encontra, por exemplo, a diferença entre os conceitos de custo histórico e de custo corrente. O segundo aspecto é a constatação de que os diversos princípios e conceitos de avaliação patrimonial são totalmente complementares, visto que nenhum deles atende plenamente os critérios de utilidade, de qualidade e de abrangência das informações pretendidas pelos usuários. Por esse motivo, o autor acredita não existir um modelo que, sozinho, consiga se cercar de qualidades que satisfaçam a todos.

Para Martins (2000, p. 35), portanto, “todas essas formas de avaliação são diferentes maneiras de se ver o mesmo objeto: de forma geral, o patrimônio da entidade, e de forma específica e final, o seu caixa”.

Da Mensuração Contábil à Mensuração Econômica

Além da influência da Teoria da Mensuração na mensuração contábil, Hicks (1946) atenta que esse método de avaliação contábil tem estreita relação com a Teoria Econômica. De acordo com o autor, o lucro definido pela diferença entre as entradas e saídas de caixa tem uma mensuração mais “exata” e “verdadeira” (ou objetiva) que aquele mensurado com base na definição “quantia que pode ser consumida sem alterar o estado de riqueza da entidade”. No entanto, Relvas (2008) observa que, para determinadas decisões, o resultado da primeira mensuração é menos útil que o da segunda. Com isso, percebe-se que a mensuração contábil é dependente, também, de como os objetos e suas propriedades são conceituadas (uma definição operacional depende dos conceitos teorizados), pois diferentes conceitos levam a *trade-offs* entre acurácia, utilidade e confiabilidade.

Nesse sentido, corroborando a autora retrocitada, Mattessich (1970) observa que, na moderna economia, tanto pela base teórica como pela prática, os valores objetivos e subjetivos constituem uma condição necessária para os critérios de decisões de investimento. Para ele, em uma decisão de investimento são requeridas duas classes de números e sua comparação: (i) o valor de mercado (derivado do preço de mercado, o qual é derivado dos valores subjetivos de muitos indivíduos); e, (ii) o valor subjetivo do próprio investidor.

Dessa forma, Mattessich (1971) alerta que o preço é um rótulo que indica um *quid pro quo* em termos monetários, uma vez que um valor expressa por quanto alguém ou um grupo de pessoas avalia determinada mercadoria. Para exemplificar, o autor faz a seguinte relação: o valor de mercado “VM” indica a avaliação de um mercado “M” para um ativo “A”, ao passo que o valor presente é um valor subjetivo “VS” que indica a avaliação do comprador “C” para um ativo “A”; então, “VM” se refere à relação entre “M” e “A”, em um contexto específico (tempo, lugar etc.), enquanto “VS” se refere a uma relação diferente, entre “C” e “A”, no mesmo contexto. O autor enfatiza que a decisão de investimento depende tanto do valor subjetivo do investidor (avaliação de um ativo por um comprador específico, a qual decorre do valor subjetivo desse comprador), quanto do valor subjetivo do mercado (avaliação de um ativo num dado mercado, decorrente do valor subjetivo de muitos compradores). A diferença positiva entre os dois é o que direciona, em termos econômicos, a aquisição ou não do ativo.

Kam (1990) considera que o mais útil valor de um item patrimonial seria o seu valor econômico “verdadeiro”. No entanto, o autor considera que o valor econômico é um conceito muito subjetivo, que está relacionado às preferências ou aos desejos que as pessoas têm em relação a um determinado item, em oposição aos demais. O problema é que existem múltiplas variáveis que afetam as preferências das pessoas. Segundo Kam (1990), o entrave reside no fato de não se estar efetivamente ciente de todas essas variáveis, o que faz com que o verdadeiro valor econômico não possa ser realmente conhecido. Diante desse obstáculo, o autor vislumbra uma única solução: reduzir a lista a uma quantidade menor de variáveis, de forma que seja mais facilmente gerenciável, considerando o objetivo particular que esteja impulsionando a pessoa que deseja atribuir esse valor.

Para Willett (1987), devido à quantidade de variáveis envolvidas, não há uma forma de quantificar o valor econômico verdadeiro. Sendo assim, o preço de mercado de uma mercadoria não pode ser tomado como uma medida correta da utilidade marginal envolvida, porque os mercados não são perfeitos. Dessa forma, em outro trabalho, Willett (1991) afirma que a essência do problema da avaliação contábil, baseada em variáveis econômicas, é que, não obstante o seu importante papel de instrumento de análise das consequências de uma decisão racional tomada em economias saudáveis, torna-se impossível atribuir uma interpretação “determinística” sensata da mensuração direta dos atributos contábeis, por meio de valores econômicos, quando se está diante de mercados imperfeitos ou incompletos, em razão de sua subjetividade. O autor cita os estudos de Demski (1973; 1974) e Blair e Pollack (1983) para fundamentar a sua opinião.

Assim, a ausência do chamado “valor econômico verdadeiro” induz a Contabilidade a fazer uso de aproximações desse valor. Para Kam (1990), o valor presente dos fluxos de caixa futuros líquidos e o valor de mercado são os principais indicadores dessa aproximação. A subjetividade, a dificuldade de se fazer estimativas e a própria imperfeição ou ausência do mercado são, no entanto, problemas que afetam a adoção plena dessas medidas pela Contabilidade. Com isso, o desafio de trazer à mensuração contábil a aplicação do conceito de valor econômico continua. De acordo com Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 17), o que se tem observado na Contabilidade é que “tratou-se mais de dar respostas parciais e espaçadas no tempo para problemas emergenciais do que de erigir uma verdadeira teoria da avaliação patrimonial a valores econômicos, de forma estruturada e integral [...]”. No entanto, entende-se

que os passos da Contabilidade na direção da mensuração econômica do patrimônio também encontram respaldo na Teoria da Mensuração. A imprecisão e a incerteza ainda deverão ser características desse novo processo, da mesma forma que a função de respaldar a atribuição de variáveis numéricas a objetos deve continuar dependendo da propriedade específica do objeto a ser mensurado e do próprio objetivo a que se propõe a mensuração.

Ainda em relação à migração da mensuração contábil para a mensuração econômica, Martins (1999) advoga que a Contabilidade somente será capaz de mensurar adequadamente o lucro quando introduzir, de forma completa, abrangente e definitiva, os efeitos da inflação e do custo de oportunidade do capital próprio, sendo este último entendido como o percentual de retorno abaixo do qual os sócios não estariam propensos a tomar parte no negócio.

A Mensuração no Processo de Convergência das Normas Internacionais

Para o IASB (2001), mensuração é o processo de determinação do montante monetário pelo qual os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e registrados no balanço e na demonstração de resultados. O organismo destaca a existência de diferentes bases de mensuração e diferentes e variados graus de combinação, que podem ser utilizados nas demonstrações contábeis. Entre essas bases, destacam-se: o custo histórico, o custo corrente, o valor realizável ou de liquidação, além do valor presente. Segundo esse conselho, a base de mensuração mais utilizada é o custo histórico. Contudo, ativos com características históricas, culturais ou ambientais, como os hereditários, nem sempre possuem um custo ou valor base para registro. Além do mais, nos casos de recebimentos desses ativos por doação, na maioria das vezes não há custo histórico ou corrente devido à inexistência de documento fiscal que comprove tal valor, nem valor recuperável ou presente, pois muitas vezes se trata de bens que não possuem equivalentes ou substitutos no mercado, como no caso de obras de arte.

O IASB tem evoluído, no entanto, para a aplicação do conceito de valor justo como a mais relevante medida de um ativo ou passivo no momento de seu reconhecimento inicial, desde que ele possa ser estimado com aceitável confiabilidade. Os critérios de mensuração estabelecidos pelo IASB são derivados da atual estrutura conceitual básica do referido organismo e se baseiam nas características qualitativas da informação

financeira útil, em especial a relevância e a confiabilidade, além dos conceitos de ativo e passivo. Esses critérios são interpretados e aplicados à luz dos progressos verificados na teoria e na prática contábil.

O valor justo ainda tem sido, no entanto, objeto de críticas. Para Iudícibus e Martins (2007), apesar de representar um significativo avanço nas práticas contábeis, o valor justo apresenta as seguintes desvantagens: (i) falta de objetividade do seu próprio conceito; (ii) grau de subjetividade dos cálculos dos fluxos descontados quando da inexistência de um mercado ativo para o bem que se pretende avaliar; e (iii) pretensão de tornar-se um substituto dos demais critérios de avaliação contábil, quando deveria de fato atuar como um método complementar, especialmente em relação ao custo histórico como base de valor, visto que, na ótica dos autores, abandonar o custo histórico representaria abrir mão da possibilidade de se efetuar o *tracking* entre competência e fluxos de caixa.

Dessa forma, pode-se verificar que a mensuração contábil do IASB tem relação com a Teoria da Mensuração no sentido de o valor do objeto mensurado depender de regras específicas, que atendem, com suas orientações gerais, o caráter normativo mencionado por Willett (1987). Além disso, verifica-se a preocupação com o estabelecimento de critérios lógicos, que não são verdadeiros nem falsos, mas que são justificáveis à medida que apresentam relação direta com os conceitos de ativo e passivo e com a própria Teoria da Contabilidade. Ainda, a mensuração contábil do IASB visa atender um objetivo específico ao focar suas atenções na informação financeira útil.

O FASB (2008) trata a mensuração, ou mensurabilidade, como um critério fundamental do reconhecimento. Para ele, o ativo deve ter um atributo relevante que possa ser quantificado em unidades monetárias com suficiente facilidade. Assim, a mensurabilidade deve ser considerada em conjunto com a relevância e a confiabilidade. Para o FASB, cinco diferentes métodos podem ser utilizados para mensurar os ativos: custo histórico, custo corrente, valor de mercado, valor realizável ou de liquidação, além do valor presente dos fluxos futuros de caixa, que o IASB não trata em sua estrutura conceitual. O conselho relata a possibilidade de utilização de mais de um método, todavia, não apresenta alternativa para a mensuração de ativos cujo valor cultural seja superior ao monetário ou, ainda, cujo custo ou valor monetário seja desconhecido. A única alternativa de substituição da unidade monetária que é prevista pelo conselho está fundamentada na possibilidade de aumento da inflação a um nível que tornem intoleráveis as distorções em seus preços.

Na visão de Miller e Bahnson (2010), o FASB já definiu o atributo que deve ser mensurado pela Contabilidade: a capacidade de o ativo ou passivo afetar o montante, o prazo e a incerteza dos fluxos futuros de caixa. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem prover informações que permitam uma compreensão sobre essa capacidade. Os autores entendem, ainda, que essa capacidade não pode ser medida diretamente, sendo necessária uma inferência indireta da mesma por meio de outras variáveis. A meta seria, portanto, escolher as variáveis tidas como mais confiáveis para se fazer essa inferência. Assim, os aspectos levantados pelos autores refletem questões tratadas pela Teoria da Mensuração. Para eles, a variável que está mais relacionada com a capacidade de geração de fluxos futuros de caixa é o valor de mercado, sendo que sua maior vantagem reside exatamente no fato de o valor de mercado responder rapidamente às mudanças de percepção de seus participantes, fazendo com que esse valor sempre reflita novos eventos e condições.

Por outro lado, na década de mil novecentos e sessenta, Chambers (1965) já previa essa tendência de introdução de critérios e métodos de mensuração com base em previsões futuras. No entanto, destacava a importância do conhecimento dos fatos atuais, colocando em segundo plano os critérios de mensuração baseados no futuro. Para ele, o maior serviço que a Contabilidade pode oferecer aos gestores, em relação às ações futuras da organização, é o conhecimento da situação financeira atual, pois cálculos relativos ao futuro envolvem avaliações especulativas, que não são do conhecimento desses profissionais, no sentido da determinação dos fatos.

O Foco das Pesquisas sobre Mensuração Contábil no Brasil

Tendo em vista a importância e atualidade do tema em questão e que muitas das divergências observadas até então só poderão ser sanadas por meio da participação das comunidades acadêmicas e profissionais nessa discussão, buscou-se identificar o foco das pesquisas publicadas nas principais revistas científicas do Brasil. Sendo assim, respeitadas as limitações próprias da metodologia adotada, verificou-se que, durante os últimos 20 anos (período abrangido por esta pesquisa), foram publicados 42 artigos que trataram da mensuração em uma das suas diversas formas, envolvendo um total de 89 pesquisadores vinculados a 25 diferentes instituições de ensino superior, todas brasileiras.

Destaca-se, sobretudo, que a Universidade de São Paulo é aquela que reúne a maior quantidade de artigos publicados (17 de 42), por meio de seu periódico, e aquela que possui a maior quantidade de pesquisadores nessa área (31 de 89), além do pesquisador com mais trabalhos publicados sobre mensuração (Reinaldo Guerreiro, com 5 artigos). Nesse contexto, acredita-se que essa superioridade da USP se deve ao fato de esta instituição ter possuído um grupo de estudos específico sobre mensuração econômica, do qual participava o pesquisador citado.

Em se tratando do foco desses trabalhos, com relação aos aspectos tratados sobre a mensuração, relacionando-os à Teoria da Mensuração e seus fundamentos, percebe-se que esses artigos retratam o contexto traçado pelos principais pesquisadores dessa teoria e citados nessa discussão conceitual. Isso pode ser verificado com base na investigação sobre o que buscaram mensurar os artigos publicados pelos periódicos que integraram a amostra, ou seja, o foco desses trabalhos. Pode-se notar que os principais elementos tratados nos artigos dizem respeito à mensuração do: (i) desempenho econômico, com 47,6%; (ii) desempenho financeiro, com 23,8%; (iii) desempenho operacional, com 16,7%; e, (iv) desempenho social, com 11,9%. Entretanto, embora o desempenho econômico tenha sido aquele mais abordado entre essas pesquisas, percebe-se que os pesquisadores se limitam a discutir os aspectos operacionais da mensuração econômica, não abordando aspectos conceituais ligados à literatura existente ou à própria Teoria da Mensuração, lacuna esta existente na literatura nacional e mencionada no início deste trabalho.

Nesse sentido, essa constatação pode ser corroborada por Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 17), quando eles apontam que a Contabilidade tratou “mais de dar respostas parciais e espaçadas no tempo para problemas emergenciais do que de erigir uma verdadeira teoria da avaliação patrimonial a valores econômicos, de forma estruturada e integral [...]”. Ainda, quanto aos elementos tratados pelos artigos investigados, pode-se verificar que, apesar da diversidade temática envolvendo a mensuração e da falta de discussão conceitual envolvendo sua teoria, a investigação e discussão da relação entre aspectos econômicos e a mensuração contábil tem se mantido em evidência nas pesquisas realizadas no país, sendo possível notar um sensível aumento na quantidade de trabalhos sobre esta temática, publicados em revistas científicas.

Em se tratando das categorias de mensuração, expostas por Willett (1991), pode-se observar que 33,3% dos artigos investigados retratam aspectos baseados na mensuração fundamental, enquanto 66,7% se apoiam na mensuração derivada. Essa observação é razoável, tendo em vista que, atualmente, as principais discussões sobre a mensuração na Contabilidade envolvem os aspectos econômicos dos ativos, como benefícios econômicos futuros, além de aspectos relacionados ao resultado das companhias, incluindo nesse resultado elementos econômicos, o que pode aumentar seu lucro e, conseqüentemente, sua tributação. Nesse sentido, pode-se verificar entre os trabalhos investigados que 42,9% tratam da mensuração contábil, 40,5% abordam a mensuração econômica e outros 16,6% tratam de outros tipos de mensuração, que não utilizam a moeda como unidade de medida. Sendo assim, considerando-se a evidência dada a este assunto pelo processo de convergência das normas internacionais de Contabilidade, há uma tendência de crescimento dos trabalhos que o abordem, principalmente sob o ponto de vista econômico.

Quanto ao problema de mensuração, ao qual estaria exposto o objeto mensurado em cada artigo, baseando-se em Willett (1987), buscou-se verificar que atributos do mundo real são representados pelos números e que outros números, igualmente válidos, poderiam ser utilizados para fazer essa representação. Com isso, pode-se constatar que 28,6% das mensurações tratadas nos artigos estão expostas ao problema da representação, a qual se refere a quais atributos do mundo real e quais propriedades desses atributos devem ser representadas pelos números, enquanto 71,4% dos artigos revelaram exposição ao problema da univocidade, que trata da utilização de outros números, igualmente válidos, para fazer essa representação. Essa significativa diferença em favor do problema da univocidade é razoável, uma vez que as discussões atuais sobre a mensuração na Contabilidade retratam o valor “justo”, ou “verdadeiro”, que deve representar um ativo ou passivo. Baseando-se no pressuposto de que esse valor “justo” ou “verdadeiro” pode vir a ser definido por meio de diferentes metodologias, ou formas de cálculo, acredita-se que a exposição a esse problema aumenta na proporção que surgem novas fórmulas de se encontrar tal valor. Por outro lado, o problema da representação é menos frequente, tendo em vista que há maior consenso entre profissionais e pesquisadores da Contabilidade quanto a quais atributos e quais propriedades desses atributos devem ser representados pelos números em um processo de mensuração.

Por fim, verifica-se que, apesar: das diferenças de opiniões entre os pesquisadores em relação à mensuração contábil; da atualidade das discussões envolvendo esse tema; e da importância da participação de acadêmicos e profissionais nessa discussão, pouco se tem discutido sobre os critérios, métodos e problemas da mensuração contábil no Brasil, principalmente no que se refere aos aspectos conceituais tratados pela Teoria da Mensuração. Com base na análise dos trabalhos publicados nas principais revistas científicas de Contabilidade brasileiras, pode-se observar que a maioria deles se limita a verificar como a mensuração é realizada, ou seja, analisar seus aspectos operacionais, sem questionar ou discutir os “porquês”, deixando de utilizar a Teoria da Mensuração como fundamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo principal de realizar uma discussão conceitual acerca da Teoria da Mensuração e de sua relação com a Contabilidade, analisando o foco das pesquisas realizadas no Brasil, no que diz respeito à mensuração contábil. Para isso, além da revisão bibliográfica e do levantamento do estado da arte do tema, analisaram-se 42 artigos que abordaram a mensuração nos principais periódicos nacionais nos últimos 20 anos, por intermédio dos quais se buscou identificar o foco desses trabalhos e relacioná-lo com a discussão teórica realizada.

Com isso, pode-se verificar que, em linha com os fundamentos da Teoria da Mensuração, os caminhos da mensuração contábil devem contemplar duas condições tidas como essenciais, que são: (i) o conhecimento dos diferentes objetivos e necessidades dos usuários das demonstrações financeiras e (ii) a necessidade de investigação das suposições que esses usuários fazem quando usam os valores das demonstrações financeiras em suas diversas decisões. Nesse sentido, verifica-se que as atuais discussões acerca dos métodos de mensuração, principalmente, no processo de convergência internacional, precisam observar essas condições.

Ainda, em se tratando do chamado valor econômico “verdadeiro”, as discordâncias sobre sua definição ou, em algumas hipóteses, a ausência da determinação desse valor, induzem a Contabilidade a fazer uso de aproximações. Isso demonstra, mais uma vez, o caráter de aproximação que a mensuração possui na Contabilidade, principalmente quando se tratam de valores como o valor presente dos fluxos futuros líquidos de

caixa e o valor de mercado. Sendo assim, a subjetividade, a dificuldade de se fazer estimativas e a própria imperfeição ou ausência do mercado são problemas que afetam a adoção plena desses valores e motivam os questionamentos quanto à confiabilidade dos valores contidos nas demonstrações financeiras das companhias.

Esses fatores, que têm motivado a Contabilidade a seguir na direção da mensuração econômica do patrimônio, também têm encontrado respaldo na própria Teoria da Mensuração. Contudo, esse processo ainda tende a ser marcado pela imprecisão e pela incerteza, da mesma forma que a função de respaldar a atribuição de variáveis numéricas a objetos deve continuar dependendo da propriedade específica do objeto a ser mensurado e do próprio objetivo a que se propõe a mensuração. Assim, pode-se verificar que a mensuração contábil do IASB tem relação com a Teoria da Mensuração no sentido de o valor do objeto mensurado depender de regras específicas, que atendem, com suas orientações gerais, o caráter normativo. Além disso, verifica-se a preocupação com o estabelecimento de critérios lógicos, que não são verdadeiros nem falsos, mas que são justificáveis à medida que apresentam relação direta com os conceitos de ativo e passivo e com a própria Teoria da Contabilidade. Dessa forma, ratifica-se que esse novo enfoque da mensuração contábil é completamente compatível com os fundamentos da Teoria da Mensuração.

Destaque seja dado à observação de Chambers (1965), que já previa a tendência de introdução de critérios e métodos de mensuração com base em previsões futuras há cerca de quase meio século. No entanto, o autor destaca a importância do conhecimento dos fatos atuais, colocando em segundo plano os critérios de mensuração baseados no futuro. Para ele, o maior serviço que a Contabilidade pode oferecer aos gestores em relação às ações futuras da organização é o conhecimento da situação financeira atual, pois cálculos relativos ao futuro envolvem avaliações especulativas que não são do conhecimento desses profissionais, no sentido de determinação e verificação dos fatos.

Por fim, é indispensável observar que a pesquisa ora realizada foi restrita aos dados analisados e durante o período investigado. Assim, os resultados aqui apresentados representam apenas um recorte da realidade em questão, não possuindo a intenção de serem colocados como respostas definitivas ao problema investigado. Todavia, observa-se que, considerando a relevância e atualidade desse tema e a importância de sua discussão entre acadêmicos e profissionais, tais limitações não o invalidam. Nesse sentido, recomenda-se, para futuros estudos, que sejam

utilizadas outras metodologias de análise e cruzamento de dados a fim de se verificarem novas tendências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. H.; HAJI, Z. S. E. Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do *goodwill* e do ativo intelectual. *Caderno de Estudos da Fipecafi*, São Paulo, v. 9, n. 16, 1997.

BIERMAN, H. Measurement and accounting. *The Accounting Review*, v. 38, n. 3, p. 501-507, 1963.

BLAIR, D.H.; POLLAK, R.A. Rational collective choice. *Scientific American*, p.88-95, 1983.

CAMPBELL, N. R. *Physics: the elements*. Cambridge University Press: Cambridge, 1920.

CHAMBERS, R. J. Measurement in accounting. *Journal of Accounting Research*, v. 3, n. 1, p. 32-62, 1965.

CHAMBERS, R. J.; WOLNIZER, P. W. A true and fair view of financial position, *Company and Securities Law Journal*, 1990.

DEMSKI, J. S. Choice among financial reporting alternatives. *The Accounting Review*, v. 49, n. 2, p. 221-232, 1974.

DEMSKI, J. S. The general impossibility of normative accounting standards. *The Accounting Review*, v. 48, n. 4, p. 718-723, 1973.

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Statement of Financial Accounting Concepts n° 5: recognition and measurement in financial statements of business enterprises*. Norwalk: FASB, 2008.

GUERREIRO, R. *Modelo conceitual do sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da Contabilidade*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

HICKS, J. R. *Value and capital*. 2.ed. London: Oxford University Press, 1946.

HILLE, H. *Fundamentals of a Theory of Measurement*. Lecture delivered on the Spring-Meeting of the German Physical Society. 1997. Ludwig-

Maximilians-University. Munich, German. Disponível em:
<<http://www.helmut-hille.de>>. Acesso em: 07/11/2010.

IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD.
Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements. London: IASB, 2001.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. Uma Investigação e uma Proposição sobre o Conceito e o Uso do Valor Justo. *Revista Contabilidade e Finanças*, USP, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 9 – 18, Junho, 2007.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. *Revista de Contabilidade & Finanças*, n. 38, p. 7-19, 2005.

KAM, V. *Accounting theory*. 2.ed. New York: John Wilwy & Sons, 1990.

KERLINGER, F. N. *Foundations of behavioral research*. 3.ed. New York: Holt, Rinehart and Winton, 1986.

LARSON, K. D. Implications of measurement theory on accounting concept formulation. *The Accounting Review*, v. 44, n. 1, p. 38-47, 1969.

MARTINS, E. Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica. *Caderno de Estudos da Fipecafi*, v.13. n. 24, p. 28-37, julho/dezembro 2000.

MARTINS, E. Contabilidade Versus Fluxos de Caixa. *Caderno de Estudos, São Paulo, Fipecafi*, n. 20, janeiro a abril/1999.

MASON, R. O.; SWANSON, E. B. *Measurement for management decision*. California: Addison-Wesley Publishing Company, 1981.

MATTESSICH, R. On further misunderstandings about asset “measurement” and valuation – a rejoinder to Chambers’ article. *Cost and Management*, march-april, 1971.

MATTESSICH, R. On the perennial misunderstanding of asset measurement by means of “present values”. *Cost and Management*, march-april, 1970.

MILLER, P. B.W; BAHNSON, P. R. Measurement theory, market values and AAATUC: a reprise. *Accounting Today*, p. 16-17, 2010.

PFANZAGL, J. *Die axiomatischen grunflagen einer allgemeinen theorie des messens*. Physica-Verlag: Würzburg, 1959.

RELVAS, T. R. S. Relação entre a mensuração contábil e a mensuração científica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado/RS. *Anais...* Gramado, 2008.

RIAHY-BELKAOU, A. *Accounting Theory*. 5.ed. London: Thompson Learning, 2004.

SARLE, W. S. *Measurement theory: frequently asked questions*. Version 3, Sep 14, 1997. Originalmente publicado em Disseminations of the International Statistical Applications Institute, volume 1, edition 4, 1995, Wichita: ACG Press, pp. 61-66. Disponível em: <<http://www.creative.net.au/mirrors/neural/measurement.html>>. Acesso em: 29/11/2010.

SCOTT, D.; SUPPES, P. Foundational aspects of theories of measurement. *The Journal of Symbolic Logic*, v. 23, n. 2, p. 113-128, 1958.

STAUBUS, J. G. An induced theory of accounting measurement. *The Accounting Review*, v. 60, n. 1, p. 53-75, 1985.

STAUBUS, J. G. The market simulation theory of accounting measurement. *Accounting and Business Research*, v. 16, n. 62, p. 117-132, 1986.

STAUBUS, J.G. Two views of accounting measurement. *Abacus*, v. 40, n. 3, p.265-279, 2004.

STEVENS, S. S. *Mathematics, measurement and psychophysics*. In Handbook of experimental psychology. New York: S. Stevens, ed. 1951.

SUPPES, P.; ZINNES, J. L. Basic measurement theory. In: LUCE, R. D.; BUSH, R. B.; GALANTER, E. *Handbook of mathematical psychology*, v. I. Wiley: New York, 1963.

VICKREY, D. W. Is accounting a measurement discipline? *The Accounting Review*, v. 45, n. 4, p. 731-742, 1970.

WEYMARK, J. A. Measurement theory and the foundations of utilitarianism. *Social Choice and Welfare*, v. 25, n. 2-3, p. 527-555, 2005.

WILLETT, R. J. An axiomatic theory of accounting measurement. *Accounting and Business Research*, v. 17, n. 66, p. 155-171, 1987.

WILLETT, R. J. Transactions theory, stochastic processes and derived accounting measurement. *Abacus*, v. 27, n. 2, p. 117-134, 1991.

DADOS DOS AUTORES

ORLEANS SILVA MARTINS (orleansmartins@yahoo.com.br)

Mestre em Contabilidade pela UnB/UFPB/UFRN

Instituição de vinculação: Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa/PB – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Ensino e Pesquisa em Contabilidade, Assimetria de Informação e Mercado de Capitais.

ANTÔNIO MARIA HENRI BEYLE DE ARAÚJO (henri.beyle@uol.com.br)

Mestre em Contabilidade pela UnB/UFPB/UFRN

Instituição de vinculação: Universidade de Brasília

Brasília/DF – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Teoria da Contabilidade, Custos e Mercado Financeiro.

JORGE KATSUMI NIYAMA (jkatsumi@unb.br)

Doutor em Contabilidade pela USP

Instituição de vinculação: Universidade de Brasília

Brasília/DF – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Teoria Contábil, Mercado Financeiro e Contabilidade Internacional.

Recebido em: 27/03/2011 • **Aprovado em:** 29/06/2011